



**RODRIGO AMARAL**

TESTAMENTO DA SERRA DO CURRAL 1, LITOGRAFIA EM PEDRA E LITOGRAFIA OFFSET, 2019.

# VIDA E MORTE NA CRISE DAS BARRAGENS: LUTO ECOLÓGICO DIANTE CATÁSTROFES DO ANTROPOCENO

CAIO DAYRELL SANTOS\*

**RESUMO** Para além de danos materiais e perdas de vidas humanas e não humanas, desastres como as rupturas de barragens de rejeitos em Mariana e em Brumadinho culminam em perdas abstratas e de difícil apreensão, relativas a sentimentos de apego por coisas e/ou modos de vida que ainda não tinham sido discursivamente elaborados antes de desaparecerem. Através das reflexões transdisciplinares sobre a entrada no chamado Antropoceno e da noção do luto ecológico, definido como respostas afetivas a perdas experienciadas ou antecipadas no mundo natural, esse artigo apresenta uma possível formulação teórica para a descrever e perceber esses danos intangíveis.

**PALAVRAS-CHAVE** barragens de rejeito; luto ecológico; Antropoceno.

## LIFE AND DEATH UNDER THE DAM CRISIS: ECOLOGICAL GRIEF FROM CATASTROPHES OF THE ANTHROPOCENE

**ABSTRACT** Beyond material damages and losses of human and non-human lives, disasters such as the burst of tailing dams in Mariana and Brumadinho end in abstract and difficultly apprehensible losses, related to feelings of attachment by things and/or modes of life that still were not discursively elaborated before disappearing. By articulating transdisciplinary reflections about the entry into the so-called Anthropocene with the notion of ecological grief, defined as affective responses to experienced or anticipated losses in the natural world, this article presents a possible theoretical formulation to describe and perceive such intangible damages.

**KEYWORDS** tailing dams; ecological grief; Anthropocene.

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*“Mas o que a morte desprende, não vai atar-me ao penedo.  
Morte tem passo de alpendre: com o firmamento deslizo  
E é um firmamento sem eixo, batido, ocioso, sem norte  
O firmamento que a morte / Constelações põe no queixo”*

**Carlos Nejar**

## 1. Introdução

Enquanto me aproximava timidamente do cais de Regência, distrito de Linhares (ES), um grupo de pescadores trocava causos do ofício. Suas canoas e seus barcos já acumulavam um ano atracados e seguiam sem previsão de quando iriam se aventurar naquelas águas amareladas; mesmo assim preferiram passar seus dias vagos às margens do rio. Quando entrei na roda, todos riam das travessuras do Saci que emaranhava suas redes e jogava areia em suas camas. “E caboclo d’água? Alguém já viu?”, perguntei brincando. “Nunca vi e nem quero ver!”, disse um mais jovem, temendo a criatura, seguido pela resposta do ancião do grupo: “Agora que a gente nunca vai ver mesmo”.

No ano anterior, já em Minas Gerais, tive a oportunidade de entrevistar Claudiano da Costa, morador de Gesteira, distrito rural no município de Barra Longa. Enquanto ambos olhávamos uma lagoa de barro escuro que cobria todo um vale, ele me descrevia o córrego de água cristalina e o pasto verde que deixaram de existir na madrugada passada. “Acabou tudo”, dizia ele, simultaneamente perplexo e melancólico. Meses depois, Ailton Krenak (2019) se reencontrou com seus parentes e juntos velaram o que os indígenas chamam de Watu, “nosso avô”, o que nós brancos chamamos de Rio Doce.

Todas essas cenas são frutos da chamada *crise das barragens*: momento crítico em que dezenas de barragens de rejeitos da mineração têm suas estruturas instáveis, podendo romper a qualquer momento. Essa crise se tornou particularmente explícita em 5 de novembro de 2015, quando a ruptura da Barragem de Fundão, no município de Mariana (MG), liberou 55 milhões de metros cúbicos de lama, dando origem a uma onda de aproximadamente dez metros de altura. O “tsunami” destruiu os vilarejos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, deixando cerca de 350 moradores desabrigados e 19 mortos. Dias depois, os rejeitos entraram nas águas do Rio Doce e foram carregados até o litoral do Espírito Santo. O lodo composto de óxido de ferro e sílica percorreu mais de 600 km e, pelo caminho, afetou dezenas de cidades mineiras e capixabas. 311 mil pessoas foram atingidas de alguma forma, segundo estimativa do Governo de Minas (SEDRU, 2016).

Considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil, a tragédia foi seguida por outra ruptura, três anos depois, quando a barragem da mina do Córrego de Feijão também se rompeu em Brumadinho (MG). Os rejeitos desembocaram no Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco, inviabilizando a vida de peixes e vegetais (SOS MATA ATLÂNTICA, 2019). Apesar de o impacto ecológico ser menor, houve muito mais mortes humanas: 259, sendo que 11 pessoas ainda permanecem desaparecidas<sup>1</sup>. Nada indica que esse será o último acontecimento desse tipo, o que nos leva a antecipar que novos episódios como os descritos irão se repetir.

Mesmo onde não houve um desastre espetacular, emerge de forma tardia a consciência de que o seu modo de vida – e talvez suas próprias vidas – pode ser brutalmente interrompido a qualquer momento e que, devido a essa crise contínua, algo está sendo perdido, apesar de talvez ainda não se saber identificar exatamente o quê. Trata-se de perdas abstratas e de difícil apreensão, relativas a sentimentos de apego por coisas e/ou modos de vida que ainda não tinham sido discursivamente elaborados antes de desaparecerem. Esses danos extrapolam os números constantemente atualizados pelo Estado e repetidos pelos jornais, mas ainda assim conseguem ser expressados por cenas como as descritas acima.

Aqui, buscamos apresentar uma possível formulação teórica que dê conta dessas perdas. Para isso, partimos de dois grandes eixos: o primeiro trata de diversas reflexões transdisciplinares que emergem a partir da aceleração e da consolidação das mudan-

<sup>1</sup> Últimos números antes da suspensão das operações de busca do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em Março de 2021. Disponível em: <https://www.bombeiros.mg.gov.br/operacao-brumadinho-e-suspensa-em-virtude-da-onda-roxa>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ças climáticas causadas pela ação humana, discussões reunidas através do conceito de Antropoceno, um suposto novo estágio geológico em que a espécie humana se tornaria uma força, se não a força, responsável por modelar o planeta (PURDY, 2015); já o segundo propõe interpretar essa experiência de perda como um processo de luto. Apesar de dialogarmos com múltiplas referências sobre narrativas de sofrimento, merece destaque a formulação feita por Cunsolo e Ellis (2018, p. 275) de luto ecológico, definida como “o luto sentido em relação a perdas ecológicas experienciadas ou antecipadas, incluindo perdas de espécies, ecossistemas ou paisagens significativas devido a mudanças ambientais crônicas ou agudas”.

Inicialmente apresentamos a conjuntura atual em Minas Gerais e descrevemos os males psicológicos que se desenvolveram na população atingida devido às rupturas de barragens de rejeitos. Argumentamos que há similaridades com quadros já apontados em outros países com a consolidação das mudanças climáticas em todo o planeta. O sofrimento psíquico percebido em diversos municípios mineiros não se trataria, então, de uma experiência pontual, mas internacional, que, arriscaríamos propor aqui, pode ser vista como um mal-estar próprio da contemporaneidade, uma reação aos perigos e às inseguranças causadas pela entrada no chamado Antropoceno. Em seguida, desenvolvemos como essa condição aumenta a susceptibilidade de diversas populações à morte através da intensificação de catástrofes ecológicas, como a crise das barragens. No quarto e no quinto tópico, propomos que, para que essas tragédias não culminem em experiências traumáticas com suas vítimas, é necessário buscar estratégias discursivas de se falar, pensar e figurar publicamente sobre essas mortes: o luto ecológico, um processo entendido como afetivo e estético, mas também fortemente criativo e experimental. Por último, trazemos o ensaio fotográfico *Retrato de Barro*, feito por Lucas Bois (Fotografia 1). Suas fotografias documentam visualmente o trabalho luto da população ribeirinha, detendo sua câmera em gestos sutis que, apesar de silenciosos, manifestam o sofrimento dos atingidos em seus próprios corpos. Bois também enfatiza o luto como uma experiência que mobiliza os atingidos a reivindicarem seus direitos coletivos.

**Fotografia 1** -Oratório entre escombros de casa em Paracatu de Baixo (MG)



Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro*, de Lucas Bois (2017)

## 2. A crise das barragens e o mal-estar no antropoceno

“A partir daquele momento, nosso universo estava todo destruído. Não havia mais nossas paisagens, nosso trabalho, perdemos o vínculo com os amigos”, relata Marino D’Ângelo Junior, vítima em Mariana (SÁ, 2018). Segundo estudo feito pela UFMG (ROQUE *et al.*, 2018), dois anos após o rompimento da barragem do Fundão, 28,9% dos atingidos foram diagnosticados com depressão, 32% com ansiedade generalizada, 12% com estresse pós-traumático e 16,4% apresentavam risco de suicídio. A pesquisa indica que esses quadros são somatizados, tornando-se sintomas nervosos e cardiovasculares, como dores de cabeça, falta de ar, tonturas e dificuldades de dormir. No caso de Brumadinho, efeitos similares também já eram perceptíveis logo após o desastre:

Durante as supervisões de acompanhamento dos trabalhadores, estes relataram que após as primeiras 72h até o fim do primeiro mês as reações psicológicas mais frequentes expressas pela população usuária do SUS municipal foram: tristeza, choro frequente, humor deprimido, pesar, ansiedade, medo, irritabilidade, raiva, culpa, desorientação, reações de

dissociação, crises de ansiedade, pânico, labilidade emocional e tentativas de suicídio, na maior parte dos casos por uso de benzodiazepínicos. Foi perceptível também o aumento no consumo de álcool, benzodiazepínicos e conflitos interpessoais e situações de violência (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019).

Apesar da gravidade da situação, a conjuntura em Minas Gerais não parece ser um caso à parte. Assim como Fundão não foi um acontecimento isolado – sendo quase um prelúdio para um desastre ainda mais mortífero poucos anos depois –, a crise das barragens não dá sinais de acabar. Em junho de 2019, o risco de ruptura da barragem Sul Superior, em Barão de Cocais, fez com que 457 pessoas fossem evacuadas (RODRIGUES, 2019). O problema parece se alastrar para além do território mineiro: meses após Brumadinho, outra barragem de rejeitos também se rompeu, desta vez no município de Nossa Senhora do Livramento, no Mato Grosso; afortunadamente, não houve feridos (BORGES; BÓLICO, 2019). Dias depois, a Agência Nacional de Mineração (ANM) interditou 54 barragens de mineração que não atestaram a estabilidade por todo o país (GI MINAS, 2019). Mesmo com a medida, as rupturas anteriores aconteceram em barragens cujos relatórios estavam em dia, o que torna sua eficiência um pouco suspeita. A sensação geral é que, se já houve uma solução para a crise, talvez seja tarde demais para executá-la. À mercê de estruturas frágeis, a população se angustia, antecipando temerosa pelo próximo colapso que o Estado e as mineradoras terão fracassado em prevenir.

Esse sofrimento psíquico singular, oriundo de uma perda direta ou antecipada do seu mundo mais imediato, não é novo nem próprio de Minas Gerais. Oficialmente, desde a Idade do Gelo, o planeta Terra passa pelo chamado holoceno, um período de quase 12 mil anos marcado por considerável estabilidade climática e topográfica. Em todo esse tempo, as placas tectônicas moveram os continentes em cerca de apenas um quilômetro (PURDY, 2015). No entanto, já se é consensual na comunidade científica que a emergência e o crescimento da espécie humana aceleraram exponencialmente esses processos geológicos<sup>2</sup>. As dinâmicas atmosféricas, o nível do mar e o próprio relevo têm mudado em uma velocidade jamais vista, sinalizando o fim da morosidade que caracterizava o holoceno e abrindo um novo estágio na história terrestre: o antropoceno. Cunhado na virada do milênio pelo químico e vencedor do Nobel Paul Crutzen em parceria com o ecologista Eugene Stoermer (2000), o termo busca distin-

<sup>2</sup> “Até recentemente, a noção de que humanos poderiam ter um impacto na tectônica da terra era risível. Mas, não agora. Tectônica produzida industrialmente tem se tornado um risco antropogênico cada vez mais reconhecido, como *fracking* e injeções de alta-pressão tem demonstrado um aumento em terremotos nos EUA” (BUBANDT, 2017, p. 126).

guir o tempo geológico atual como uma época em que a atividade humana se tornaria a força dominante ao modelar a composição e os processos biogeofísicos da Terra (CHUA; FAIR, 2019). A nova classificação ainda não foi de todo aceita, mas provoca intensos debates que transcenderam os círculos das ciências naturais. Nas humanidades, a proposta tem recebido atenção especial por desfazer um dos postulados basilares do pensamento ocidental: a divisão entre cultura e natureza. “Porque nós formamos tudo, do alto da atmosfera às profundezas do oceano, não há mais natureza que esteja separada dos seres humanos” (PURDY, 2015, n. p.). Essa “descoberta” não necessariamente desperta muito entusiasmo. Para Danowski e Castro (2017), conforme se aceleraram transformações no regime termodinâmico global, a contemporaneidade seria marcada pela consciência das causas antrópicas e consequências catastróficas de uma crise planetária que, em última instância, pode ter desfechos apocalípticos. Eventos de dimensões e formas anteriormente exclusivos a desastres naturais – como furacões, enchentes e, é claro, enxurradas de lama – passam a ser cada vez mais frequentes devido à ação humana. Como descreve Nils Bubandt (2017, p. 124-125):

Humanos, animais, plantas, fungos e bactéria agora vivem e morrem sob condições que foram criticamente conformadas pela atividade humana, mas que também estão gradativamente fora do controle humano. [...] Natureza pode ser cada vez mais feita por humanos, mas humanos não só perderam o controle do fazer e desfazer da natureza; nós também perdemos cada vez mais a habilidade de dizer a diferença entre nosso próprio mundo e os mundos naturais que fazem e destruímos. Conforme cada nova descoberta científica revela mais detalhes do complexa dinâmica entre mundos humanos e mundos naturais, nós somos cada vez mais confrontados com nossa incapacidade de diferenciar esses mundos um dos outros (tradução nossa)<sup>3</sup>

Assim se configura a angústia ecológica contemporânea: de um lado, um conhecimento científico que possibilita imaginar o fim do mundo, do outro, a impotência política de se fazer algo a respeito (DANOWSKI; CASTRO, 2017). Isso não se trata apenas de uma suposição teórica, mas já é um quadro psíquico documentado internacionalmente: a Associação Americana de Psicologia publicou uma cartilha reportando em detalhes os diferentes impactos que mudanças climáticas podem acarretar na saúde mental humana (CLAYTON *et al.*, 2017). O documento relaciona o aquecimento global com aumentos de quadros de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), abuso de substâncias, depressão, ansiedade, choque e estresse; aflições similares às enfrentadas pelos atingidos por barragens em Minas Gerais.

<sup>3</sup> No original: “Humans, animals, plants, fungi, and bacteria now live and die under conditions that may have been critically shaped by human activity but that are also increasingly outside of human control. [...] Nature may increasingly be human-made, but humans have not only lost control of this nature making and unmaking; we have increasingly lost the ability to tell the difference between our own world and the natural worlds we make and destroy. As each new scientific discovery reveals more details of the complex interplay between human worlds and natural worlds, we are also increasingly faced with our inability to tell these worlds apart”.

Por gerar esse incômodo existencial próprio do antropoceno, a crise das barragens, longe de ser um episódio pontual fruto da má fortuna dos habitantes do sudeste brasileiro, pode ser entendida como uma manifestação das contradições da contemporaneidade global. Diversos acadêmicos de todo o mundo, em especial das áreas da antropologia, psicologia e filosofia, têm proposto diferentes conceitos que tentam nomear esse mal-estar; eco-ansiedade (PIHKALA, 2018), pânico frio (STENGERS, 2015), trauma climático (WOODBURY, 2019) e solastalgia (ALBRECHT, 2007) são alguns exemplos. Para os objetivos deste estudo, privilegiamos aqui a noção de luto ambiental ou ecológico (WINDLE, 1992; EATON, 2012; LOCKWOOD, 2016; CUNSOLO; ELLIS, 2018).

Para além de simplesmente descrever um estado de sofrimento, o luto é concebido como um trabalho de transformação subjetiva diante da perda. Em uma perspectiva psicanalítica, ele é uma forma não patológica de tristeza, pensado como uma elaboração narrativa e afetiva da dor, mas autores contemporâneos como Judith Butler (2004; 2018) também têm destacado suas funções políticas e sociais. Butler entende o luto como “um empreendimento coletivo” (RODRIGUES, 2017, p. 337) que visa transcender a privacidade dos indivíduos em prol da comunhão pública, oferecendo possibilidades de se relacionar com os outros para além das suas diferenças. Tanto como uma reformulação da experiência, quanto como forma de sociabilidade, o luto é um processo sumariamente comunicacional que “expõe nossas relações conhecidas, desconhecidas e não reconhecidas com os outros [...] e questiona suposições fundamentais sobre o que escolhemos valorizar” (CUNSOLO; ELLIS, 2018, p. 276).

### *3. Luto, luta ambiental e necropolítica*

Devido às suas bases nas ciências naturais, em especial a Ecologia, a luta ambiental é comumente entendida como estritamente racional, cujas demandas e propostas são baseadas em fatos e análises rigorosamente científicos e, portanto, avessos ao sentimentalismo. No entanto, por mais que ambientalistas tendam a se conceber como puros técnicos, é inegável que são mobilizados por desejos e paixões como qualquer ser humano. “Biólogos costumam amar seus organismos. Ecologistas costumam amar seus campos de estudo. Alguém realmente dúvida disso?”, confessa a cientista Phyllis Windle (1992, p. 362) no periódico do Instituto Americano de Ciências Biológicas:

“Ecologistas são tanto abençoados quanto amaldiçoados por ver claramente os sistemas naturais. Assim, nós vemos o que existe e também sabemos o que foi perdido”. Segundo ela, essa capacidade própria de dimensionar as condições do meio ambiente implica em um apreço inerente pela vida, mas também acompanha de um tipo singular de desamparo ou de ansiedade frente à morte.

Talvez por isso o luto sempre foi tema de reflexão por parte de ambientalistas e biólogos ao longo da história. O próprio Charles Darwin (1987) já se debruçava sobre o tema em alguns de seus escritos, quase antecipando que, após teorizar a origem das espécies, ficaria a encargo de seus sucessores lidar com o fim delas. “Uma espécie lamentar a morte de outra é algo novo debaixo do sol”, escrevia Aldo Leopold (1989 [1949], p. 110), pioneiro do movimento conservacionista estadunidense, ainda na primeira metade do século XX. Essa tristeza, associada ao conhecimento das “feridas do mundo” (EATON, 2012), tomaria uma nova dimensão nos anos 1960: frente aos riscos oriundos do uso de energia nuclear, o estresse não era mais relativo ao desaparecimento de aves, flores ou pantanais, mas sim aos impactos de duração extremamente longas e virtualmente incalculáveis. Ambientalistas diagnosticavam entre si um “desespero que necessariamente vinha com o trabalho” (EATON, 2012, p. 4). Nos EUA, grupos de apoio chegaram a ser organizados para lidar com essa angústia aparentemente incontornável (ROBERTS, 1984; EATON, 2012; PIHKALA, 2018).

Esse mal psíquico chegaria ao seu ápice conforme o aquecimento global se tornasse uma questão cada vez mais proeminente: não se trata mais da morte de biomas bem delimitados, tampouco de desastres causados por acontecimentos específicos: o globo inteiro está sendo afetado, e essas mudanças são sentidas por todos. O antropoceno revelou que desastres ecológicos não afligiam apenas animais, plantas e espécies entendidas como menores, indignas de serem reconhecidas. Agora todas as vidas, inclusive humanas, também são atingidas por desastres, como os de Mariana e Brumadinho.

“A ecologia enlouquece”, explica Bruno Latour (2015, não paginado), “ela nos obriga a sentir com toda a força a instabilidade do conceito natureza/cultura, demonstrando a oposição impossível entre dois domínios”<sup>4</sup>. Em suas teorias sobre a soberania, Giorgio Agamben (2010) afirma que a constituição do direito é dependente também da formação de uma instância extralegal, desconsiderada pelo Estado, em que seres viveriam à margem da proteção jurídica e do reconhecimento social, o que implica

<sup>4</sup> No original: “Si l’écologie affole, on le comprend maintenant, c’est parce qu’elle oblige à subir de plein fouet l’instabilité de ce concept pris pour l’impossible opposition de deux domaines qui existeraient pour de vrai dans le monde réel”.

que qualquer violência cometida contra eles não só seria autorizada, mas nem sequer entendida como violência. Agamben resgata do pensamento grego os conceitos *zoé* e *bios*, para diferenciar, respectivamente, a vida natural – regida pelas normas da natureza e dos instintos puramente animais – da vida qualificada como humana, politicamente reconhecida, baseada na práxis do sujeito e historicamente elaborada. O problema é que o Antropoceno apagara essas antigas distinções: *zoé*, a vida nua passível de ser morta, não é mais diferenciável da *bios*, a forma de vida entendida como digna de ser protegida. O que ocorre não é uma expansão do reconhecimento de direitos para seres não humanos – como se passou nas constituições do Equador e da Bolívia (AVELAR, 2013) –, mas sim por uma difusão involuntária de violência, anteriormente exclusiva a animais, plantas e outras espécies, de forma a também afetar vidas humanas. A impossibilidade em definir claramente as fronteiras da soberania, causada por esta indistinção entre vida biológica e vida qualificada, é o que, para Bubandt (2017), aproximaria o antropoceno da necropolítica, conceito cunhado por Achille Mbembe (2016) para descrever a susceptibilidade à morte de populações em territórios colonizados. No entanto, se para o autor camaronês essa noção era pensada como um mecanismo de gestão da morte, Bubandt (2017) a vê como resultado dos efeitos de uma postura de descaso ecológico: desastres “naturais” causados pela ação humana que levam morte a populações inteiras, rebaixando de forma tanto sistêmica quanto inconsequente suas vidas ao status de animais.

A agonia existencial frente aos impactos ecológicos deixa de ser privilegiada aos poucos dotados de expertise para calcular seus riscos e seus danos e passa a ser sentida por todos. Há um pressentimento generalizado de que suas próprias vidas, junto com a vida no local onde habitam, possam sucumbir a danos tanto imensuráveis quanto imprevisíveis pela indústria, pela urbanização e pelo extrativismo. Essa sujeição arbitrária à morte é tão difusa e aleatória que inviabiliza soluções fáceis, simples ou de curto prazo, sendo, em alguma medida, irremediável.

## 4. Catástrofe: do excesso à estetização

As informações eram desencontradas. A gente sabia que era grave e que tinha gente soterrada, mas não sabíamos se o solo estava contaminado, se a lama era ácida ou tóxica, qual o tipo de perigo que iríamos enfrentar” testemunhou o major da Polícia Militar Alex Chinelato, que socorreu a população em Bento Rodrigues (SERRA, 2018, n. p.). Anos depois, muitas incertezas ainda perduram enquanto poucas verdades se consolidam, não sendo firmadas nem pelos cientistas dotados de status e rigor técnicos para isso:

Diferentes especialistas da ciência e tecnologia (C&T) são convocados para explicar, investigar ou resolver os efeitos negativos dos desastres socioambientais de natureza tecnológica. A C&T não consegue responder às demandas dos diferentes atores de forma imediata e peremptória sem se contradizer. Sem sucesso, as instituições privadas, as corporações, as agências governamentais e os poderes públicos frequentemente recorrem e pressionam os acadêmicos e/ou especialistas para explicarem os eventos e, principalmente, eliminarem as incertezas da opinião pública. Os especialistas também são convocados quando se trata de produzir incertezas, nos casos em que atores com poder precisam desacreditar ou confundir a opinião pública frente à anúncio de fonte alternativa ou independente. Isso aumenta ainda mais as incertezas (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019, p. 149).

Essa “cacofonia” parece apontar para algo que transcende os limites da linguagem científica, indicando para um excesso de palavras que não pode ser contido por fórmulas matemáticas ou análises objetivas dos fatos. No entanto, isso não quer dizer que o acontecimento seja irrepresentável. Nossa hipótese é que existem textos, imagens e performances que encontram estratégias de figurar e falar sobre essas tragédias, fazendo, desta forma, seu luto. Para isso, há que abrir mão de sua efetividade em prol de uma afetividade, o que ocorreria menos através de uma descrição objetiva dos danos e mais a partir de uma constituição estética da perda.

Isso não significa que o processo de luto necessariamente culmine em uma obra ou experiência artística. Como lembra Leslie (2000), a palavra grega *aistheta* se refere, mais amplamente, a tudo aquilo que poderia ser percebido pelos sentidos, logo tomando não a arte como objeto, mas sim o próprio corpo. Para Aradau e Munster (2011), o caráter súbito e imprevisível de catástrofes como a crise das barragens<sup>5</sup> inviabiliza a sua apreensão através de modelos racionais pré-existentes, demandando-nos produzir

5 Segundo o relatório de pesquisa organizado por Márcio Zonta e Charles Trocate (2016), antes da crise das barragens se tornar explícita em 2015, pelo menos sete barragens de mineração se romperam nos últimos 20 anos em Minas Gerais, culminando em uma média de um rompimento a cada dois anos. Isso demonstra que o risco de desastres como de Mariana e Brumadinho sempre foram sabidos, apesar de não terem sido devidamente discutidos no âmbito da esfera pública. Assim, o que torna a crise das barragens uma catástrofe é menos a falta de conhecimento disponível e mais a omissão dos principais agentes políticos em Minas Gerais tanto para preveni-la quanto para remediá-la.

novos saberes e práticas para conseguir sequer imaginá-las. Para que isso ocorra, os autores sugerem passar por exercício de estetização, isto é, um investimento em uma experimentação sensorial: “quando o desconhecido e o inesperado são problematizados como limites do conhecimento, a experiência do futuro precisa ser criada sensorialmente”.

Essa dimensão estética do luto não é só epistemológica, não diz respeito a apenas uma forma de produção de conhecimentos sobre o mundo, mas também assume um papel político. Ao não restringir nossa concepção de estética a apenas um julgamento contemplativo do gosto, abrangendo tudo aquilo que afeta o sensorium humano, estamos nos focando nas sensações manifestadas nos corpos dos sujeitos e, consequentemente, também pertencente ao social. A estética, nesse sentido, é política, sendo historicamente constituída e também sendo passível de ser reformulada.

Essa abordagem está em diálogo com o pensamento do filósofo Jacques Rancière (2009), que enxerga na estética um sentido originário, de uma “partilha do sensível” que oferece uma sociabilidade primária em que a política se realiza. Entendida como um sistema que faz ver e faz sentir, a estética para o autor torna visível a existência de um “comum”, assim como recortes que definem lugares e partes respectivas (SODRÉ, 2006). Ela se refere ao conjunto de elementos compartilhados em sociedade, como linguagens, ideias, símbolos e relações, assim como possibilidades de se fazer presente a partir desses elementos (RENA; BRUZZI, 2015). Nas suas próprias palavras: “A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce [...] Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum, etc.” (RANCIÈRE, 2009, p. 16).

Sob esse raciocínio, a estética é o que acaba delimitando as coordenadas de possibilidade e de impossibilidade para se agir e se pensar. Mas, quando aquilo que era tido como impossível se impõe como fato, manifestando-se e sendo sentido indiferentemente se é ou não previsto por discursos oficiais, uma renovação estética e, portanto, política e subjetiva se faz necessária.

## 5. O Papel Político do Luto

Talvez o luto seja o mais próximo de uma experiência universal, uma vez que virtualmente todos são obrigados, em algum momento de suas vidas, a lidar com a morte de um ente querido (EATON, 2012). No canônico “Luto e Melancolia”, Sigmund Freud conceitua o luto como uma reação devida a uma perda real do objeto de desejo – como um familiar, amigo ou amante, assim como um ideal que direcionava a pessoa, como a pátria ou a liberdade. Exigido a desligar-se do objeto amado, o sujeito trabalha sob seu investimento libidinal a fim de substituir essa perda. Trata-se de uma elaboração da falta que demanda tempo e esforço, mas que também é entendida como saudável e passageira, o que se oporia à melancolia, que já configura uma resposta tida como patológica. “Após a consumação do trabalho do luto”, afirma Freud (2010 [1914-1916], p. 174), “o Eu fica novamente desimpedido”.

Essa abordagem do luto tende a ser abandonada hoje. Quando uma perda ocorre, é esperado que o sujeito passe por um estágio de tristeza e, depois de certo tempo, consiga retornar à sua vida passada sem grande dificuldade; mas isso nem sempre acontece. “Clinicamente sabemos que há algum problema nesse modelo, principalmente quando se considera processo de luto cujo ponto crucial não é a incorporação, a aceitação e a ingestão do objeto perdido, mas o ato de dissolução do próprio eu”, escreve o psicanalista Christian Dunker (2017, p. 196). Pesquisadores contemporâneos não acreditam que haveria uma superação do vínculo perdido através do luto, mas sim uma alternância do sujeito com o objeto, levando o enlutado a se situar no lugar dessa figura ausente.

Para Judith Butler (2004, p. 22), o luto é uma forma de “desposseção” que obriga o sujeito a reconhecer e rever vínculos destroçados pela morte de um outro além dele mesmo: “Quem ‘sou’ eu sem tu? Quando nós perdemos alguns desses laços pelo quais somos constituídos, nós não sabemos quem nós somos ou o que fazer. Em um nível, eu acho que eu perdi ‘tu’ só para descobrir que ‘eu’ também tenho se perdido”. A experiência de perda revela ao sujeito sua dependência de um outro para manter sua própria noção de si. Com a desposseção que segue pela falta do outro, uma transformação tem que ocorrer: “não sou mais quem eu era”. São nesses momentos que o “corpo é desfeito pelo outro” e a existência humana é exposta como uma relação de interdependência e vulnerabilidade (CARVER; CHAMBERS, 2008).

A morte do outro desfaz o sujeito, que, por sua vez, precisa ser refeito. A perda exige que se relate sua vida diante da falta de um outro que o constituía. Uma narrativa, apesar de potente, inconsistente e frágil já que precisa dar conta da interrupção de seu próprio narrador:

Eu devo tentar contar uma história aqui sobre o que estou sentindo, mas isso seria contar uma história em que o próprio “Eu” que busca contar a história é suspenso enquanto narra; o próprio “Eu” é colocado à prova em sua relação com o Outro, uma relação que não precisamente me reduz ao mutismo, mas mesmo assim desordena minha fala com sinais de seu desmonte. Eu conto uma história sobre as relações que eu escolhi, só para expor, em algum ponto ao longo do caminho, a maneira que eu sou agarrado e desfeito por essas mesmas relações. Minha narrativa falha e ela deve falhar. Vamos reconhecer: nós somos desfeitos uns pelos outros. E, se não somos, estamos perdendo alguma coisa (BUTLER, 2004, p. 23, tradução nossa).<sup>6</sup>

6 No original: “I might try to tell a story here about what I am feeling, but it would have to be a story in which the very ‘I’ who seeks to tell the story is stopped in the midst of the telling; the very ‘I’ is called into question by its relation to the Other, a relation that does not precisely reduce me to speechlessness, but does nevertheless clutter my speech with signs of its undoing. I tell a story about the relations I choose, only to expose, somewhere along the way, the way I am gripped and undone by these very relations. My narrative falters, as it must. Let’s face it. We’re undone by each other. And if we’re not, we’re missing something”.

A incompreensível experiência do luto é “a impressão inconsciente de uma sociabilidade primária” (BELL, 2008, p. 401) que ilumina nossos laços relacionais com os outros, nossa dependência complexa com comunidades ecológicas e, por sua vez, nossas responsabilidades políticas e éticas com esses sistemas. Enlutar alguém significa reconhecer que esse outro te constitui e, assim, agir para preservá-lo. De acordo com Butler (2004; 2018), a vida ganha valor na medida em que seu fim é interpretado como algo a ser evitado; ou seja, uma vida só é matável se é primeiro assumido que sua morte não seria lamentada. Há, dessa forma, um “futuro anterior” – uma vida terá sido vivida – que possibilita que uma vida venha a ser vivida. Por isso, ela defenderá que o luto não seja “uma tarefa pessoal e familiar, mas um empreendimento coletivo, um direito, uma exigência e uma política de Estado” (RODRIGUES, 2017, p. 337).

Butler acredita que performances coletivas de luto sirvam para opor o processo de precarização global que submete cada vez mais pessoas à morte. Marchas, vigílias e outros atos fúnebres se tornaram manifestações políticas que, de um lado, proporcionam formas de resistência – construindo maneiras de se importar uns com os outros e de estabelecer redes de suporte entre os mais vulneráveis –, mas também comunicam demandas e críticas ao Estado e à sociedade por falharem em reconhecer certas vidas como enlutáveis, as expondo a uma violência arbitrária e, portanto, injusta (BUTLER, 2018).

É importante destacar que não há nenhuma razão que limite a enlutabilidade àquilo tido como “normativamente humano” (BARNETT, 2017, p. 4). Todo ser vivo, incluindo a própria espécie humana, depende de outros seres vivos de outras espécies para garantir sua sobrevivência. Nossa existência é extremamente vulnerável à agência de atores não humanos, desde pequenos micróbios a todo o ecossistema que nos rodeia. Por isso, como reconhece a própria Butler (2015, p. 34), precisamos reproduzir e manter “relações com o meio ambiente e com formas não humanas de vida”. Sejam fatais aos humanos ou apenas à fauna e à flora, catástrofes ecológicas acabam nos obrigando a reconhecer, mesmo que tardiamente, esse simples fato que tende a passar batido.

Depois da ruptura de Fundão, diversos municípios banhados pelo Rio Doce viram sua principal fonte de água desaparecer de um dia para o outro. A maior cidade da área, Governador Valadares, teve seu fornecimento de água suspenso por semanas. Apesar do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) garantir que já se consegue tratar a água do rio, muitos moradores desconfiam até hoje se seu consumo é verdadeiramente seguro, deixando de beber da torneira e incorporando o hábito de comprar água mineral (GUIMARÃES, 2020).

**Fotografia 2** -Pescador inativo após contaminação do Rio Doce em Linhares (ES)



Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro*, de Lucas Bois (2017)

Cada um sente os efeitos do desastre à sua maneira, mas as populações ribeirinhas foram especialmente afetadas. Após a contaminação do Rio Doce, a Samarco ofereceu um auxílio financeiro em caráter excepcional para pescadores e aquicultores na tentativa de compensar a perda de seu principal meio de subsistência (Fotografia 2). Os atingidos tendem a reclamar que o valor do subsídio é insuficiente e também que não contempla todos que teriam o direito (VIANA, 2017). Apesar da urgência dessas reivindicações por uma reparação justa, há uma dimensão do impacto que tende a passar despercebido: o desaparecimento de um modo de vida. Para além forma de sustento, a pesca é um trabalho que demanda uma temporalidade própria. Ela tem sua própria rotina, segue um ciclo não é marcado por relógios ou calendários. É um tempo extremamente complexo, regido pela biologia dos peixes e pela intermitência sazonal das águas. Os pescadores do Rio Doce acabaram sendo obrigados a abandonar esse ritmo singular que os guiou a vida toda e, para compensar a perda de seu ganha-pão, fazem bicos com os quais não estão acostumados, como de pedreiro ou de electricista.

## 6. O corpo enlutado no ensaio fotográfico *Retrato de Barro*

Durante as primeiras semanas após a tragédia em Mariana, o fotógrafo Lucas Bois entrevistou e retratou vários ribeirinhos atingidos em Regência, distrito de Linhares (ES), onde o Rio Doce desemboca e o último povoado atravessado pelos rejeitos de minério. A documentação culminou no ensaio fotográfico *Retrato de Barro* (BOIS, 2017), exposto pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca. Apesar de não terem tido casas ou pessoas soterradas, os impactos para os capixabas podem ser visualmente percebidos através dos gestos da população, que funcionam como sutis indícios do tumulto emocional que estão enfrentando.

O luto, como categoria de estudo, tende a ser particularmente desafiante para análise; primeiramente por ser um afeto, isto é, um *pathos*, uma intensidade supostamente inominável e arisca a reduções acadêmicas. Além disso, ele é definido pela falta, sendo tanto causado quanto destinado a um objeto que não existe mais, o tornando ainda mais vago. Isso, entretanto, não significa que seja relegado a especulações abs-

tratas. Ao propormos tratar o luto como experiência estética, significa que ele é endereçado pelo caminho das emoções, dos sentimentos e das sensações e, dessa forma, nos alcança justamente através do corpo (MENDONÇA; MORICEAU, 2016). Consequentemente, ele também se apresenta materialmente através de gestos, expressões e movimentos físicos.

**Fotografia 3-** Agricultor impossibilitado de usar água para plantação em Linhares (ES)



Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro*, de Lucas Bois (2017)

Lucas Bois evidencia o luto da população ribeirinha justamente dando devida atenção ao corpo dos sujeitos que retrata: os ombros curvados do agricultor que perdeu sua fonte de irrigação (Fotografia 3), o rosto temeroso, encolhido atrás da mãe, de uma menina sob a canoa atracada (Fotografia 4), as mãos fechadas do pescador proibido de adentrar nas águas, ostentando sua firmeza masculina, mas cuja desesperança transparece pelos óculos de leitura pendurados sob o pescoço, usados recentemente para consultar seu registro geral e solicitar auxílio (Fotografia 2); toda essa mímica espontânea expõe o sofrimento experienciado de um povo que ainda está assimilando que seu estilo de vida foi drasticamente interrompido e o qual, muito provavelmente, não retornará tão cedo.

Fotografia 4- Mãe e filha atingidas em Linhares (ES)



Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro*, de Lucas Bois (2017)

Produzido no decorrer de um ano, *Retrato de Barro* começa com a devastação mais imediata da ruptura da barragem de Fundão, mostrando as ruínas das comunidades mineiras de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, dias depois de serem sepultadas pela lama (Fotografia 1), em seguida, documenta as primeiras semanas da chegada dos rejeitos de minério ao Espírito Santo (Fotografias 2, 3 e 4). No entanto, Bois também acompanha a marcha “1 ano de Lama e Luta” (Fotografia 5), organizada pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em parceria com a Arquidiocese de Mariana (FERREIRA, 2016). Centenas de atingidos e ativistas refizeram os rastros do desastre, percorrendo desde Regência até Mariana. No contexto das fotografias, a jornada dos diferentes movimentos sociais demonstra que a dor frente à catástrofe não se trata de uma melancolia passiva, mas também serve para mobilizar ações políticas e comunitárias em busca de justiça social.

**Fotografia 5-** Um ano após a ruptura da Barragem de Fundão, Movimento de Atingidos por Barragens protesta na hidrelétrica Candonga, às margens do Rio Doce



Fonte: Ensaio fotográfico *Retrato de Barro*, de Lucas Bois (2017)

## 7. Considerações Finais

Se, como aponta Purdy (2015), o antropoceno demanda uma política que mescle questões ecológicas com humanitárias, isto é, questões de conservação ambiental e questões de justiça social, experiências de luto podem ser produtivas tanto para revalorizar a importância de outros agentes naturais na nossa vida quanto para influenciar a esfera pública em proveito das suas principais vítimas humanas. Para movimentos socioambientais, ele pode vir a ser estratégico, como uma forma de incitar novas sensações e reações que potencialmente levariam à concepção de comportamentos coletivos mais sustentáveis ao planeta (LOCKWOOD, 2016).

Prevendo que no antropoceno as perdas ambientais se tornarão cada vez mais comuns, defendo, em consonância com Cunsolo e Ellis (2018), que estudos sobre o luto ecológico se tornarão mais necessários para formular políticas públicas que concebam danos não capturados por métricas padrões de impacto ambiental, como perdas de conhecimento, cultura, sentido de lugar, identidade e coesão social.

No Brasil, esses debates são particularmente urgentes, uma vez que as principais frentes de luta das vítimas da crise das barragens estão justamente em disputas políticas e jurídicas com as mineradoras por ressarcimentos e reparações que sejam minimamente dignas.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

## Referências

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBRECHT, G. Solastalgia: The Distress Caused by Environmental Change. *Australasian Psychiatry*, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 41-55, fev. 2007. SAGE Publications. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10398560701701288>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARADAU, C.; MUNSTER, R. V. *Politics of Catastrophe: Genealogies of the unknown*. New York: Routledge, 2011.

AVELAR, I. Amerindian Perspectivism and Non-Human Rights. *Alter/nativas*, n. 1, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://alternativas.osu.edu/en/issues/autumn-2013/essays/avelar.html>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BARNETT, J. T. Thinking ecologically with Judith Butler. *Culture, Theory and Critique*, n. 59, v. 1, p. 20-39, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14735784.2017.1392881>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BELL, V. From Performativity to Ecology: On Judith Butler and Matters of Survival. *Subjectivity*, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 395-412, 14 nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/sub.2008.31>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOIS, L. *Retrato de Barro: fotografias de Lucas Bois*. Salamanca: Centro de Estudios Brasileños, 2017. 40 p. Disponível em: [https://issuu.com/cebusal/docs/catalogo\\_lucas\\_bois](https://issuu.com/cebusal/docs/catalogo_lucas_bois). Acesso em: 20 abr. 2020.

BORGES, André; BÓLICO, Lucas. Barragem de rejeitos de lavra de ouro se rompe em MT. Estadão. 2019. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,barragem-de-rejeito-de-lavra-de-ouro-rompe-em-mt,70003033014>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BUBANDT, N. Haunted geologies: spirits, stones, and the necropolitics of the anthropocene. In: TSING, Anna et al. (Ed.). *Arts of Living on a Damaged Planet: Ghosts of the Anthropocene*. Minneapolis, London: University Of Minnesota Press, 2017. p. 121-142.

BUTLER, J. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London: Verso,

2004.

BUTLER, J. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVER, T; CHAMBERS, S. A. (Ed.). Judith Butler's precarious politics: critical encounters. London: Routledge, 2008.

CHUA, L.; FAIR, H. Anthropocene. Cambridge Encyclopedia Of Anthropology, [s.l.], p.1-1, 8 jan. 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.29164/19anthro>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CLAYTON, S. et al. Mental Health and Our Changing Climate: Impacts, Implications, and Guidance. Washington: American Psychological Association/ Ecoamerica, 2017. 70 p.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The 'Anthropocene'. Global Change Newsletter, v. 41, p. 17-18, 2000.

CUNSOLO, A.; ELLIS, N. R. Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss. Nature Climate Change, [s.l.], v. 8, n. 4, p. 275-281, abr. 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.1038/s41558-018-0092-2>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V de. Há mundo por vir?: Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2017.

DARWIN, C. The Expression of Emotions in Man and Animals. New York: D. Appleton And Company, 1897. 398 p.

DUNKER, C. I. L. Mal-estar na literatura brasileira contemporânea. Estudos Avançados, [s.l.], v. 31, n. 91, p. 193-209, dez. 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/so103-40142017.3191015>. Acesso em: 20 abr. 2020.

EATON, M. Environmental Trauma and Grief. Curriculum for the Bioregion. Washington: Western Washington University (Program in Sustainability), 2012. Disponível em: [https://serc.carleton.edu/bioregion/sustain\\_contemp\\_lc/essays/67207.html](https://serc.carleton.edu/bioregion/sustain_contemp_lc/essays/67207.html). Acesso em: 31 nov. 2019.

ESPINDOLA, H. S.; NODARI, E. S.; SANTOS, M. A. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). Revista Brasileira de História, [s.l.], v. 39, n. 81, p. 141-162, ago. 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-07>, Acesso em: 20 abr. 2020.

FERREIRA, Pedro. Atingidos por Barragens percorrem caminho inverso ao da

lama da Samarco. Estado de Minas. 2016. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/10/31/interna\\_gerais,819888/atingidos-por-barragens-percorrem-o-caminho-inverso-da-lama-da-samarco.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/10/31/interna_gerais,819888/atingidos-por-barragens-percorrem-o-caminho-inverso-da-lama-da-samarco.shtml). Acesso em: 18 maio 2020.

FREUD, S. Luto e Melancolia. In: FREUD, S. Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1914-1916].

GI MINAS. ANM interdita 54 barragens de mineração sem estabilidade no país; 33 delas estão em Minas. GI Minas. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/09/anm-interdita-54-barragens-de-mineracao-sem-estabilidade-no-pais-33-delas-estao-em-minas.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2019.

GUIMARÃES, Ligia. A lama que “brilha” e reacende traumas de desastre na bacia do Rio Doce. BBC News Brasil. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51578331>. Acesso em: 10 maio 2020.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOURE, B. Face à Gaïa. Huit conférences sur le nouveau régime climatique. Paris: La Découverte, 2015. [Não paginado.]

LEOPOLD, A. A Sand County Almanac. Oxford: Oxford University Press, 1989 [1949].

LESLIE, E. Walter Benjamin: Overpowering Conformism. London: Pluto Press, 2000.

LOCKWOOD, A. Graphs of grief and other green feelings: the uses of affect in the study of environmental communication. Environmental Communication, [s.l.], v. 10, n. 6, p. 734-748, ago. 2016. Informa UK Limited. Disponível em: <http://doi.org/10.1080/17524032.2016.1205642>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. Arte & Ensaio: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MENDONÇA, C. M.; MORICEAU, Jean-Luc. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, Carlos Magno; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2016. 249 p.

NOAL, D. S.; RABELO, I. V. M.; CHACHAMOVICH, E. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. Cadernos de Saúde Pública, [s.l.], v. 35, n. 5, p. 1-7, 20 maio 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/0102-311X00048419>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PIHKALA, P. Eco-Anxiety, Tragedy and Hope: Psychological and Spiritual

Dimensions of Climate Change. *Zygon*®, [s.l.], v. 53, n. 2, p. 545-569, jun. 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.1111/zygo.12407>. Acesso em: 12 abr. 2020.

PURDY, J. *After nature: a politics for the anthropocene*. Cambridge: Harvard University Press, 2015. [Não Paginado.]

RANCIÈRE, J. *A Partilha do sensível: estética e política*. Editora 34: São Paulo, 2009.

RENA, N.; BRUZZI, P. Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 43, p. 163-180, maio-ago., 2015.

ROBERTS, B. *Espair and personal power in the nuclear age*. Joanna Rogers Macy. *Atlantis: A Women's studies journal*, [s.l.], v. 9, n. 2, p.122-124, spring 1984. Disponível em: <http://journals.msvu.ca/index.php/atlantis/article/view/4494>. Acesso em: 2 nov. 2019.

RODRIGUES, C. A função do luto na filosofia política de Judith Butler. In: CORREIA, A.; HADDOCK-LOBO, R.; SILVA, C. V. da. *Deleuze, desconstrução e alteridade*. [s.l.]: ANPOF, 2017. p. 329-339. (Coleção XVII Encontro ANPOF.)

RODRIGUES, Leo. Risco em barragem deixa 457 fora de suas casas em Barão de Cocais. Agência Brasil. 2019. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/risco-em-barragem-deixa-457-fora-de-suas-casas-em-barao-de-cocais>. Acesso em: 2 nov. 2019.

ROQUE, Marco et al. Saúde Mental. In: NEVES, Maila de Castro Lourenço das et al. (Org.). *PRISMMA: pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem do fundão em mariana*. Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018. p. 49-58.

SÁ, G. Depressão, medo e preconceito: a saúde mental das vítimas de Mariana. *National Geographic*, [s.l.], p. 1, 14 maio 2018. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/05/depressao-medo-ansiedade-preconceito-saude-mental-das-vitimas-de-mariana-tragedia-ambiental-mineracao-estudo-ufmg-barragem-fundao>. Acesso em: 2 nov. 2019.

SEDRU – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e Gestão Metropolitana. *Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG*. Belo Horizonte: SEDRU, 2016. 287 p.

SERRA, C. *Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2018 [Não Paginado.]

SODRÉ, M. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 230 p.

SOS MATA ATLÂNTICA. Observatório dos Rios: O retrato da qualidade da água na bacia do rio Paraopeba após o rompimento da barragem Córrego do Feijão – Minas Gerais. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2019.

STENGERS, I. No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015. [Não Paginado.]

VIANA, João Paulo. Os Pescadores da bacia do Rio Doce: subsídios para a mitigação dos impactos socioambientais do desastre da Samarco em Mariana, Minas Gerais (Nota Técnica). Boletim Regional, Urbano e Ambiental: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, n. 16, p. 103-116, jan.-jun. 2017.

WINDLE, P. The ecology of grief. *Bioscience*, [s.l.], v. 42, n. 5, p. 363-366, maio 1992. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1311783>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WOODBURY, Z. Climate trauma: toward a new taxonomy of trauma. *Ecopsychology*, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 1-8, mar. 2019. Mary Ann Liebert Inc. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/eco.2018.0021>. Acesso em: abr. 2020.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Org.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial iGuana, 2016. 232 p. v. 2. (Coleção A Questão Mineral.)